

O uso dos dispositivos digitais móveis na produção de uma reportagem especial em vídeo

The use of mobile digital devices in the production of a special television report

El uso de los dispositivos digitales móviles para producir un reportaje especial en video

Recebido em: 31/05/2019
Aceito em: 26/09/2019

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar o relato de experiência da aplicação praticada por meio do uso de dispositivos móveis no processo de produção de uma reportagem especial em vídeo. A atividade foi desenvolvida através das etapas de pré-produção, produção e pós-produção da reportagem especial "Elxs não cabem mais no armário", realizada no Curso de Jornalismo da UFPB. O trabalho foi produzido e gravado por meio de um *smartphone*. Identificamos que as tecnologias móveis oferecem diferentes possibilidades para os jornalistas e facilitam a aproximação com as fontes, pois tornam-se menos invasivas do que uma câmera de vídeo profissional durante as gravações de temas de ordem pessoal.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo móvel. Reportagem especial em vídeo. Observação participante. Smartphone. LGBT.

ABSTRACT

The objective of this paper is to present the experience of the application practiced through the use of mobile devices in the process of producing a special video report. The activity was developed through the pre-production, production and post-production stages of the special report "Elxs no longer fit in the closet", held at the UFPB Journalism Course. The work was produced and recorded using a smartphone. We found that mobile technologies offer journalists different possibilities and make it easier to get closer to sources, as they become less invasive than a professional camcorder during the recording of personal subjects.

KEYWORDS

Mobile journalism. Special report on video. Participant observation. Smartphone. LGBT.

RESUMEN

El objetivo de este documento es presentar la experiencia de la aplicación practicada mediante el uso de dispositivos móviles en el proceso de producción de un reportaje especial en video. La actividad se desarrolló a través de las etapas de preproducción, producción y postproducción del reportaje especial "Elxs ya no cabe en el armario", realizado en el Curso de Periodismo de la UFPB. El trabajo fue producido y grabado usando un teléfono móvil. Descubrimos que las tecnologías móviles ofrecen a los periodistas diferentes posibilidades y facilitan el acercamiento a las fuentes, ya que se vuelven menos invasivas que una videocámara profesional durante la grabación de temas personales.

PALABRAS CLAVE

Periodismo móvil. Reportaje especial en vídeo. Observación participante. Smartphone. LGBT.



Fabiana Cardoso de Siqueira

Doutora em Comunicação e professora de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
fabisq1@gmail.com

Roberto Lucas F. Falcão Campos

Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
lucasffcamos1996@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A presença dos aparelhos digitais móveis é, hoje, algo que se tornou cotidiano. Para além das inúmeras funções, um celular, por exemplo, oferece câmera de vídeo, gravador de áudio, jogos, acesso à internet, editores de texto, entre outras funções. Essas tecnologias ampliaram a conectividade entre as pessoas, tornando o fluxo de informações constante.

No jornalismo, isso se tornou um desafio, afinal, como noticiar de forma inédita algo que, em questão de minutos, todos já estão sabendo? Por outro lado, isso se transformou também em um aliado às práticas profissionais da área, sendo quase imprescindível.

Celulares e *tablets* são, na atualidade, companheiros inseparáveis dos jornalistas. Através dos aparelhos digitais móveis, a produção e disseminação da notícia agora é muito mais rápida.

Segundo Firmino (2013), o jornalismo digital móvel é um fenômeno emergente que impacta o perfil profissional, a apresentação dos conteúdos, as rotinas produtivas e os meios de distribuição e circulação da notícia. É desenvolvido por meio de tecnologias digitais móveis e conexões sem fio.

Pensando nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo relatar a experiência e fazer reflexões acerca do jornalismo digital móvel aplicado no processo produtivo da reportagem especial "Elxs não cabem mais no armário". O produto em vídeo questiona como as famílias encaram o momento em que seus familiares revelam suas orientações sexuais ou identidades de gênero até reconhecê-las como uma característica identitária que não representa um enfrentamento ao *status* familiar.

A referida reportagem em vídeo utilizou o celular como único recurso de captação de imagens e áudio. A finalidade foi retratar a temática LGBT e seus conflitos sociais, oferecendo uma visão atualizada da produção de notícias. A hipótese era de que o recurso permitiria que os entrevistados se sentissem mais à vontade para contar suas histórias. Compreendemos que o celular é um aparelho que a maioria das pessoas já está ambientada a utilizar no dia a dia e o uso do mesmo não causaria um constrangimento inicial, que poderia ocorrer com o uso de uma câmera filmadora convencional.

O presente estudo foi desenvolvido nos moldes de uma pesquisa participante (PERUZZO, 2005), de cunho exploratório, qualitativo, em que houve atuação ativa tanto no desenvolvimento do produto, quanto na análise do mesmo.

Como método utilizamos a observação participante na qual "o pesquisador se insere no grupo pesquisado, participando de todas as suas atividades, ou seja, ele acompanha e vive [...] a situação concreta que abriga o objeto de sua investigação" (PERUZZO, 2005, p. 133-134). Neste estudo, em especial, houve a imersão completa de um dos pesquisadores com a finalidade de apreender as condições reais do objeto a ser investigado.

Antes de detalharmos as etapas do processo de produção da reportagem especial analisada neste artigo, é necessário apresentarmos alguns conceitos que balizaram o desenvolvimento deste trabalho.

2 O JORNALISMO DIGITAL MÓVEL

Segundo Firmino (2008), o jornalismo sempre tentou se aproximar da ideia do tempo real, do imediatismo e da instantaneidade. Remetendo à história dessa área de estudo, diversas iniciativas tiveram esse objetivo, entre elas: o uso do telégrafo, as transmissões ao vivo nas emissoras de rádio e na televisão; e o uso de satélites ou veículos equipados com micro-ondas para entradas ao vivo em qualquer lugar do mundo. Desde então, a tecnologia se desenvolveu de forma que os *tablets* e *smartphones* tornaram-se mais presentes.

Canavilhas e Satuf (2015) afirmam que, apenas em 2012, o mercado mundial vendeu 722 milhões de *smartphones* e 128 milhões de *tablets*, o equivalente a um crescimento anual de 46,1% e 78,4%, respectivamente, em relação às vendas dos três anos anteriores (2011, 2010 e 2009). O consumo de notícias passou a ser uma das atividades preferidas daqueles que usam esses aparelhos.

Diante deste panorama, Firmino (2008) explica que o conjunto de tecnologias móveis digitais e conexões sem fio começaram também a ser utilizadas como ambiente móvel de produção pelas empresas de comunicação. O referido autor, também argumenta que isso alterou as rotinas produtivas e, na atualidade, com um *smartphone* o repórter trabalha sozinho e, “na maioria das vezes, realiza quase todas as ações com o aparelho” (FIRMINO, 2013, p. 26).

É cada vez mais frequente a atuação de profissionais por meio da “polivalência funcional, que se relaciona com o jornalista multitarefa dentro de uma mesma redação” (BECCARI; BERTOL, 2018, p. 115), executando diversas funções (apuração, captação de imagens, edição e etc.). A aplicação prática da tecnologia passou a ser um elemento a mais a influenciar as escolhas feitas pelos profissionais de jornalismo na execução das suas atividades.

Firmino (2008) alega que com a emergência do jornalismo móvel digital houve uma descentralização da rotina produtiva do interior de uma redação *online* ou impressa para o campo (assim como o deslocamento dos repórteres para o campo urbano de pesquisa e cobertura). Isso oferece liberdade e velocidade para a elaboração da notícia - algo que, como posto anteriormente, tem se buscado no jornalismo há anos.

O celular passou a ser instrumento de trabalho de repórteres, editores e apresentadores. É usado para a gravação de chamadas dos programas, para a captação e envio de imagens, compartilhamento de textos, fotografias e vídeos, especialmente, em situações que exigem agilidade, como assuntos que ocorreram um pouco antes ou durante a exibição dos telejornais. Conforme Bueno (2012),

A organização desses instrumentos na web [e-mail, os aplicativos de bate-papo (MSN, GTalk e afins), as redes sociais e os aparatos móveis] impulsionou uma ruptura significativa na forma de trabalhar dos jornalistas, seja por causa das facilidades de apuração, ampliação nas escolhas das fontes de entrevista, agilidade na captura da notícia; seja na própria relação com o leitor, já que forçou as empresas a conviverem com mais proximidade com aqueles a quem se dirigem. Ou seja, a redação e os próprios jornalistas foram levados a rever sua forma de organização e atuação. (BUENO, 2012, p. 129)

Essa revisão de organização e atuação, por sinal, estende-se também para a relação com o público. Com a inserção dos aplicativos de comunicação por *chat*, como o *Whatsapp*, os laços com o público consumidor também foram estreitados. Segundo Holanda et al. (2016), ferramentas como essa aproximaram a população da construção da notícia e, através do crivo editorial, é possível fazer uma triagem dos fatos que irão se tornar notícia. Isso implica, em algumas situações, que o jornalista não precisa mais ir em busca da notícia, mas ela pode vir até ele, o que aumenta o rigor na apuração e a responsabilidade em relação ao que será divulgado. O mesmo se aplica às redes sociais.

Canavilhas e Rodrigues (2017) explicam que produzir para o ambiente móvel, ser móvel e ter conteúdo nativo são os grandes desafios para inserir-se no espectro do consumo de notícias dos últimos anos. É evidente que isso exigiu uma grande adaptação por parte dos jornalistas e, tendo em vista a velocidade com que a tecnologia móvel tem se desenvolvido, podemos esperar por mais grandes mudanças nas redações.

Nesse processo, há também problemas. A atuação multitarefa tem dificultado o andamento do trabalho diário, sobrecarregando os profissionais, causando impacto na qualidade do produto e dificultando a apuração do que será levado ao conhecimento do público. Isso não foi observado no nosso objeto de estudo, pois a reportagem especial aqui analisada foi executada em uma lógica diferente do jornalismo diário, com um prazo de seis meses para realização.

3 A REPORTAGEM ESPECIAL

Embora possa se pensar que o termo reportagem esteja restrito ao texto escrito para veículos impressos ou na internet, isso não se aplica na prática. As expressões “grande reportagem” ou “reportagem especial” são usadas como sinônimos no dia a dia das redações para se referir às reportagens com um olhar mais aprofundado.

Kotscho (2000, p. 71) conceitua a grande reportagem como o nome dado a matérias extensas que dão atenção a situações, fenômenos ou acontecimentos de forma profunda, cercando todos os ângulos possíveis. A grande reportagem também tem caráter expositivo, aproximando-se da pesquisa, e, às vezes, tem caráter denunciante.

A grande reportagem, em essência, não difere da reportagem de televisão que é executada de maneira mais rotineira, além disso, independentemente da duração, “a reportagem é a principal fonte de matérias exclusivas do telejornalismo. O objetivo sempre é contar uma história simples, direta, clara, didática, objetiva, equilibrada e isenta” (BARBEIRO; LIMA, 2002, p. 1).

De acordo com De LaRue (2006, p. 184), editor do *Globo Repórter*, a grande reportagem ou reportagem especial é um híbrido de jornalismo com roteiro e não pode ser definida como documentário, uma vez que existe uma necessidade jornalística de fidedignidade aos fatos, algo que não acontece sempre nos documentários.

Sodré e Ferrari (1986) apontam que a reportagem especial deve ter um caráter humanizado - uma necessidade, na verdade - e este é o ponto forte desse formato jornalístico, uma vez que somar profundidade e objetividade são tarefas árduas. Es-

ses autores explicam também que a grande reportagem ou reportagem especial é um caminho mais longo e completo para entender personagens e facetas de casos ou situações.

É importante salientar que não existe um tempo pré-determinado para classificar uma produção televisiva como reportagem especial, isso porque o tempo não é o principal atributo deste tipo de produção. Na realidade, é o aprofundamento no tema que transforma uma reportagem convencional em uma reportagem diferenciada, fazendo uso dos mesmos recursos que encontramos na reportagem clássica, como *offs* (texto gravado pelo repórter e sobreposto por imagens na edição), sonoras (entrevistas), passagens (momento em que o repórter aparece diante do vídeo na reportagem, descrevendo algo, narrando algum fato, etc.) e *sobe sons*, que é o momento em que o áudio captado pela câmera ou inserido na edição ganha evidência (PATERNOSTRO, 1999).

Mas assim como na reportagem televisiva diária, o uso de todos esses elementos não é obrigatório. Na reportagem "Elxs não cabem mais no armário", por exemplo, a ênfase foi dada aos depoimentos e dados coletados. Por conta disso, foi dispensado o uso de passagens e nem por isso deixou de ser uma reportagem especial.

Em relação aos processos de produção, as etapas de uma reportagem especial são as mesmas da reportagem tradicional. O que muda são os prazos, que são mais prolongados na primeira.

Para que um produto jornalístico seja realizado, de acordo com Wolf (1999), é preciso atravessar as fases de recolha, seleção e edição e apresentação das notícias. A fase de recolha envolve a definição dos assuntos que serão noticiados, a elaboração da pauta¹ e a captação das imagens. Já a fase de seleção diz respeito a escolher aquilo que deve ou não entrar na reportagem. É algo executado ao longo de todo o processo e uma etapa que vai impactar na edição, que de acordo com Barbeiro e Lima (2002), é a montagem final da reportagem que vai ao ar e funciona como a contação de uma história, necessitando de uma sequência lógica através da combinação de imagens e sons.

Ainda em relação à edição, Paternostro (1999) diz que é preciso organizar aquilo que se diz com aquilo que se mostra, aliando texto e imagem - afinal, estamos falando de um produto em vídeo. A autora aponta que uma boa imagem vale mais do que um texto de mil palavras, já que a imagem mostra exatamente aquilo que as palavras não podem traduzir. Paternostro (1999) vai além: diz ainda que a imagem tem sua própria narrativa e, muitas vezes, um momento de silêncio vale mais do que uma fala bem elaborada.

Após a realização da edição, vem a apresentação, que é a finalização de todo o processo. É nesse momento que o que foi produzido é levado ao conhecimento do público.

É importante salientar que a reportagem especial, ainda que no formato de vídeo, é interpretada como um jornalismo de *longform*. Esse termo é usado para definir análises longas e aprofundadas de temas diversos (LONGHI; WINQUES, 2015).

¹A pauta é o roteiro dos temas que serão mostrados na reportagem e deve conter a retransca (uma ou duas palavras que ajudam a identificar o assunto), o tema, o enfoque, as fontes, o encaminhamento, os recursos de composição e a previsão da publicação.

As referidas autoras deixam claro que o conceito de *longform* foi revisitado graças a comunicação digital, especialmente, no que diz respeito ao jornalismo *online*. Ainda que nunca tenha deixado de existir, o jornalismo *longform* foi resgatado - e consolidado como um tipo positivo de narrativa - através da disseminação dos dispositivos móveis, que permitem maior portabilidade da notícia.

Antes de detalharmos os processos produtivos do produto analisado neste relato de experiência é preciso, primeiro, contextualizar, em que meio o assunto tratado está inserido. O universo retratado na reportagem especial está atrelado as famílias e ao público LGBT e isso trouxe impactos nas escolhas de captação e de busca por personagens, por isso a necessidade de refletir sobre o tema.

3.1 LBGTS E FAMÍLIA

A manifestação da identidade LGBT² no Brasil é ainda muito recente. De acordo com Panini et al. (2016), o movimento se estabelece no país na década de 1970, caracterizando-se por uma organização efetiva desse grupo de pessoas, dedicadas a defender bandeiras específicas. Inicialmente, era composto de forma majoritária por homens homossexuais. Com o passar dos anos, as lésbicas - que reivindicaram a identidade de sujeito autônomo -, as travestis e transexuais (anos 1990); e os bissexuais (anos 2000), também exigiram o reconhecimento por parte do movimento.

As demandas desse movimento eram, e ainda são, bastante claras: desejam respeito às suas orientações sexuais e às suas identidades de gênero, solicitando também direitos relacionados a essas questões.

Reconhecer em si uma identidade LGBT é um processo, muitas vezes, lento e difícil. Geralmente, levam-se anos até que as pessoas consigam compreender aquilo que sentem com relação à sua orientação sexual ou identidade de gênero latente. E se reconhecer esses aspectos em si já é algo bastante demorado e complicado, é ainda mais difícil ter uma identidade que foge à heteronormatividade (MISKOLCI, 2009) ou cisheteronormatividade (identidade relacionada com o mesmo gênero de nascimento) devidamente reconhecida em ambientes de convivência com a família³.

No âmbito socioeducacional⁴, ensinar a incluir pessoas LGBT não era o objetivo - e, muito provavelmente, ainda não é. Segundo Silva e Sousa (2016), a maior parte das pessoas gays descobre sua sexualidade ainda na infância, etapa em que elas aprendem sobre aspectos éticos, sociais e culturais da vida.

Miskolci (2009) - estudioso nas áreas de mídias digitais, sexualidade, gênero e raça - diz que é também nesta fase em que essas crianças têm contato com preceitos

²LGBT é a sigla para o movimento composto por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. É importante pontuar que existem atualmente outras nomenclaturas, como LBGT (que diferencia a identidade travesti e a transexual), LBGTQ (que apresenta o termo *queer*, para incluir diversos espectros de identidade de gênero e orientação), LBGTQI (que inclui os intersexuais), LBGTQTIS (acrescentando transgêneros, intersexuais e simpaticizantes) e muitos outros. Neste trabalho, entretanto, usaremos a nomenclatura LGBT, uma vez que é mais consolidada na produção acadêmica do país.

³Elisabeth Roudinesco (2002), pesquisadora de psicanálise e de outros temas, aponta a família como uma instituição humana duplamente universal, afinal de contas, associa um fato de cultura com um fato de natureza - o encontro entre a construção de um grupo social e as leis da reprodução biológica.

⁴Dentro do âmbito socioeducacional, leva-se em conta principalmente a família e a escola; mas o despreparo de educar para incluir pessoas LGBT é algo que acontece em outras instituições.

da heterossexualidade, estabelecendo assim a heteronormatividade como algo intrínseco e fundamental para a sociedade.

Já Isay (1998), pesquisador no campo da psicologia e homossexualidade, aponta que é na fase seguinte, a adolescência, que a tarefa de desenvolver uma identidade sexual estável se torna mais difícil por conta do processo de maturação, no qual o jovem precisa lidar com dilemas maiores, além da adição do desejo sexual e das mudanças fisiológicas e hormonais.

Tão amplo quanto o estudo das orientações sexuais, é também o das identidades de gênero, termo citado anteriormente. Segundo Silva ([2015], p. 3), “a identidade de gênero pode ser traduzida pela convicção de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, comportamentos e papéis convencionalmente estabelecidos para os machos e fêmeas”.

Dessa forma, as identidades são definidas em termos relacionais e podem organizar ou ainda descrever a experiência da sexualidade das pessoas. A autora diz também que, na sociedade contemporânea, as identidades de gênero ganham um caráter de reivindicação por legitimidade e respeito, tornando-se respostas políticas a determinadas conjunturas.

Na revista *Género, la revolución* (2017), diz-se que assim que as crianças começam a falar, a maioria declara uma identidade de gênero que se alinha com seu sexo biológico. Em torno dos dois anos de idade as crianças tomam a consciência das diferenças físicas entre meninos e meninas e, aos quatro, a maioria já tem um senso bem estabelecido de identidade de gênero - aprendido através de um estímulo comportamental em torno da escolha de brinquedos, roupas, atividades e amizades.

Aqueles cuja identidade de gênero e o sexo biológico - atribuído ao nascer - coincidem são chamados de pessoas cisgênero. No entanto, nem todas as pessoas funcionam dessa forma. Conforme alguns crescem, não se define uma identidade de forma muito clara. Posteriormente, o indivíduo pode acabar descobrindo-se uma pessoa transgênero, definida por *Género, la revolución* (2017) como a pessoa cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo biológico.

Com o passar das gerações, os mais jovens aprendem a lidar com a identidade do outro, especialmente porque crescem em meio a efervescência de debates atuais. Os familiares mais velhos desses jovens, que já tiveram uma educação baseada em outros princípios e costumes, não vivem essa naturalização das diferenças com a mesma intensidade e, se o fazem, é em um ritmo distinto.

Sabendo disso, crianças e jovens LGBT costumam hesitar em revelar suas identidades porque existe a possibilidade de uma rejeição. A perspectiva de ser desprezado pelas pessoas com as quais os vínculos afetivos são os mais fortes é realmente desestimulante e nociva ao jovem que deseja revelar-se. Porém, ao conversar ou procurar relatos de pessoas LGBT, algumas dirão que a situação familiar tensa vai se amenizando conforme os familiares reconhecem ou aprendem a conviver com esta característica identitária.

É importante entender que o processo de reconhecer e aprender a conviver com uma identidade LGBT é longo para a pessoa que é LGBT, mas também para os familiares. Logo, por mais difícil que seja para alguns compreender esta característica identitária, o vínculo afetivo costuma ser bilateral e, por conta disso, muitos se esfor-

çam para a reconhecer como legítima ou apenas conviver bem com a orientação sexual e o gênero da pessoa que revela esta característica.

Para Maluf (2010), a família é de grande importância para delinear a presença do indivíduo nas relações sociais, estabelecer sua situação jurídica, definir o modo de existir por meio do lugar que ocupa no ambiente familiar, favorecer o desenvolvimento da personalidade e a autoaceitação dos indivíduos. Silva e Sousa (2016), reiterando a autora, apontam a família como relevante no processo de se reconhecer como uma pessoa LGBT, de forma que o familiar não-heterossexual ou não-cisgênero costuma sentir a necessidade de revelar sua identidade para os parentes mais próximos.

Hoje existe uma separação entre sexualidade e reprodução – antes, a família tinha apenas a função de perpetuar o nome. Assim, sexualidade torna-se algo que deve ser descoberto, moldado e alterado. Como consequência disso, Giddens (2000, p.2) diz que deveria haver uma “crescente aceitação da homossexualidade não apenas como um tributo à tolerância liberal”.

O referido autor, porém, reconhece que ainda existe uma evidente hostilidade com relação à homossexualidade. Partindo do pressuposto citado anteriormente, essa hostilidade estende-se a lésbicas, bissexuais, travestis e transsexuais. Isso é o que se conhece por LGBTfobia, conceito explicado pela cartilha Direitos da População LGBT (MINISTÉRIO, 2014) como qualquer comportamento de ódio contra pessoas LGBTs, que pode ser manifestado através de violência física ou psicológica, negação ou negligência de direitos e tratamento de forma diferenciada.

A noção de homofobia surge em meados dos anos 1970 (SANTOS; SILVA, 2013) e, desde então, passou por uma série de ressignificações, ganhando visibilidade, inclusive, nos meios de comunicação. No começo, surgiu dentro da dimensão fóbica, como uma simples rejeição, aversão ou ódio individual, relacionado a pessoas não heteronormativas ou não cisnormativas. Estes autores afirmam, então, que o conceito acabou adquirindo uma espessura política, passando a se articular entre uma dimensão psicológica e um aglomerado de “situações e mecanismos” de atos de preconceito, violência ou discriminação contra pessoas LGBTs. Ainda refletindo sobre o passado:

As sociedades que foram hostis à homossexualidade em geral a condenaram como especificamente antinatural. As atitudes ocidentais foram mais extremas que as da maioria; menos de um século atrás a homossexualidade ainda era amplamente encarada como uma perversão e descrita como tal nos livros de psiquiatria (GIDDENS, 2000, p. 2)

Ainda que hoje aconteça de forma menos intensa, muitas pessoas veem a homossexualidade - assim como outras orientações sexuais e identidades de gênero - como antinatural, perversão ou doença. Silva e Sousa (2016) argumentam que, por entenderem essas consequências de revelar sua identidade não-heterossexual e não-cisgênero, é que as pessoas LGBT reprimem o processo de tornar isso público e, consequentemente, o de se autoaceitar. Essa repressão a uma característica identitária prejudica a saúde física e psicológica dessas pessoas.

Segundo Schulman (2010), é no meio familiar que os jovens encontram, pela primeira vez, a homofobia, tornando este um fenômeno presente na vida dos LGBTs.

É nela em que surgem também as primeiras formas de punição, que vão desde graus variados de exclusão, crueldades diretas e indiretas, até ataques que deformam a vida da pessoa LGBT.

É justamente por esse motivo, pelo fato da reportagem especial objeto desse estudo ter sido feita no ambiente familiar a respeito da temática da revelação da identidade LGBT, que foram tomadas algumas precauções que impactaram nas escolhas de busca por personagens no meio digital. Além disso, foi preciso encontrar um meio de captar depoimentos que interferisse o mínimo possível no resultado obtido por meio das falas. A seguir detalhamos de que forma isso tudo ocorreu.

4 A PRODUÇÃO DA REPORTAGEM ESPECIAL “ELXS NÃO CABEM MAIS NO ARMÁRIO”

A produção da reportagem especial começou no final de novembro de 2017 como um trabalho de conclusão do curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba. Na pré-produção, foi estruturado o primeiro modelo de pauta (PATERNOSTRO, 1999). Nesta versão preliminar, constavam já vários elementos de uma pauta tradicional: a retranca, o tema, o enfoque, as fontes - de forma bem generalizada, uma vez que os personagens ainda não tinham sido escolhidos, tampouco os recursos de composição e a previsão da publicação.

Após releitura dessa primeira versão da pauta, foram feitas algumas modificações. Foram reorganizados o tema e o enfoque, transferindo informações de um para o outro. Assim, em janeiro de 2018, o segundo modelo da pauta já havia sido escrito.

Assim, passamos a procurar os personagens que iriam compor a reportagem. Para isso, começaram a ser usados recursos oferecidos pelos dispositivos digitais móveis, através das plataformas Formulários *Google*, *Facebook* e *Whatsapp*. A primeira destas ferramentas foi usada para gerar um formulário onde as pessoas relatassem previamente suas histórias e situações com a família, servindo como uma espécie de triagem para possíveis personagens.

O formulário provou-se pouco frutífero devido ao perfil delineado pelas pessoas que o responderam. Então, optamos por utilizar a rede social *Facebook* para solicitar apoio, através de uma postagem informal, do ciclo de amigos, que poderiam conhecer fontes dispostas a conceder entrevistas e que estivessem na condição familiar procurada. De acordo com Holanda e Palacios et al. (2008, p.1),

a dimensão participativa do jornalismo pode ser caracterizada, de maneira ampla, pela criação e implementação de mecanismos que possibilitem envolver o público em diferentes etapas dos processos de coleta, criação, análise e distribuição de notícias. A forma de compartilhar informações tem se mostrado bastante variável em diferentes sistemas de comunicação participativos, como fóruns, blogs e sites de tipo open source. Em maior ou menor medida, o jornalismo se transforma à medida que o fenômeno colaborativo cresce. (HOLANDA; PALACIOS et al., 2008, p. 1)

Essa nova dimensão do jornalismo facilitou o processo de localização dos personagens necessários para a realização da reportagem especial. Também foi utilizado o aplicativo de celular *Whatsapp* e a visita presencial para encontrar outras fontes,

como um psicólogo, um advogado e um representante do Governo do Estado da Paraíba, que têm relação com a temática da reportagem especial.

Seguindo para a fase de produção das entrevistas, foram realizadas as gravações através de um celular, tanto por ser um meio mais acessível, como porque a sua câmera causa menos impacto visual para os entrevistados - uma vez que todos tinham contato diário com esses aparelhos. Pelo assunto tratado ser mais delicado, poderia causar menos constrangimento e deixar os entrevistados mais à vontade na hora de abordar o tema proposto, especialmente, no ambiente familiar. Por conta disso, não havia a necessidade de se realizar um período maior de adaptação, o que geralmente ocorre quando uma câmera maior é utilizada.

Além do celular foram utilizados um tripé para dar estabilidade às imagens e um microfone lapela conectado ao *smartphone*, que foi colocado na roupa dos entrevistados para que pudessem falar com mais naturalidade durante as gravações.

Ao todo, foram necessários 37 dias de gravação de todo o material em vídeo utilizado na reportagem. Foram entrevistadas 10 pessoas, entre elas, 7 personagens e 3 especialistas no assunto abordado. O tempo total de gravação foi de 2 horas, 56 minutos e 35 segundos.

Encerrada a produção, passou-se para a pós-produção (edição e exibição). O processo foi extenso, dada a quantidade de material recolhido. Pensando nos procedimentos técnicos das atividades jornalísticas nas redações de programas televisivos, seria pré-requisito praticamente obrigatório esquematizar um roteiro antes de começar a edição propriamente dita. Contudo, em função dos prazos de execução serem mais longos, em torno de seis meses, optamos pela experimentação, pois acreditamos que daria liberdade criativa para descobrir o melhor ritmo e a melhor forma de contar as histórias de vida, sem esquecer de trazer também as fontes técnicas e oficiais.

Muito embora possa ter sido interessante montar a reportagem aos poucos e decidir de forma mais livre onde cada fala iria entrar, percebemos também que sem um roteiro foi preciso ouvir as falas diversas vezes e ocorreram muitas mudanças ao longo do processo até que uma ordem satisfatória fosse encontrada. Com um roteiro, isso poderia ter sido esquematizado e decidido com antecedência, de forma que a montagem ficaria mais simples. Assim, a edição da reportagem durou 31 dias, sendo finalizada no dia de 20 maio de 2018.

O título da reportagem foi escolhido um pouco antes do processo de edição começar. Como o tema foi a relação entre parentes e LGBTs assumidos, onde havia a necessidade de contar a história destas pessoas desde antes da revelação de que eram LGBTs, escolhemos que seria interessante nos apropriarmos do termo "sair do armário".

Anos atrás essa expressão surgiu para nomear, com conotação negativa, o momento em que um LGBT revelava sua identidade. Em tempos em que termos usados para oprimir estão sendo ressignificados para que se tornem símbolos de luta ou, pelo menos, de resistência, pareceu ser uma boa escolha associar o termo "sair do armário" com a ideia de não caber mais. A partir do momento em que os filhos se tornam insatisfeitos com o "armário" no qual escondem quem realmente são, eles crescem ao ponto de não "caber" mais nele e saem para viver as próprias vidas de forma plena.

A versão final da reportagem especial ficou com 34 minutos e quatro segundos. O formato *longform* foi uma barreira para que a edição fosse realizada por meio de aplicativos de celular e a quantidade de material captado também, pois não havia espaço na memória do aparelho para armazenar todos os vídeos ao mesmo tempo. A opção foi o uso de um *notebook* e do programa *Adobe Premiere*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso do celular como instrumento de captação e produção da notícia, apresenta-se como novo desafio, mas também como um poderoso aliado. Ao contrário do que poderia se imaginar, o uso da câmera de um celular não implicou na perda de qualidade de imagem e acabou confirmando a hipótese que foi pensada quando houve a escolha dos equipamentos de captação. O uso do aparelho garantiu, de fato, mais facilidade na captação dos depoimentos dos entrevistados, porque eles não se inibiram mediante a presença de um objeto com o qual já estão habituados em suas rotinas diárias.

Dentre outras vantagens, como instrumento de captação de imagens, é possível citar uma facilidade no manuseio do equipamento, por ser leve e maleável. Por outro lado, o celular tem a desvantagem de possuir recursos limitados em relação a uma câmera profissional. Durante a captação das entrevistas, por exemplo, o celular ajustava o foco automaticamente, implicando em trechos desfocados nas conversas com os entrevistados. Ainda assim, não representou um grande impedimento para a atividade jornalística, sendo um equipamento adequado para o trabalho, como foi possível constatar na prática na realização da reportagem especial.

É importante mencionar também o quanto as redes sociais e as ferramentas oferecidas por dispositivos digitais móveis foram fundamentais no processo de produção, facilitando a procura por personagens e fontes institucionais, assim como dados numéricos que foram inseridos no material final.

Sobre o tema da reportagem, mesmo hoje em dia, onde o esclarecimento da população é cada vez maior sobre o assunto, discuti-lo é importante, porque não é incomum ver em noticiários casos de assassinatos cometidos por pais, mães, tios, tias, irmãos, irmãs, avôs e avós que nunca foram capazes de reconhecer a identidade do LGBT presente em suas famílias. Também não é raro vermos notícias de que um jovem se suicidou porque não encontrou respeito dentro de casa.

Enquanto pessoas morrem apenas por conta de suas identidades, o debate sempre será relevante. Na reportagem especial, há falas de pais e filhos relatando suas histórias, mostrando como mesmo quando há afeto na família, o preconceito também pode se manifestar - ainda que este último venha a ser desconstruído posteriormente, seja pela força do afeto, pela convivência ou pelo acesso à informação.

A reportagem também teve o intuito de mostrar que ter um parente LGBT não é uma barreira para a instituição familiar, de forma que, se as pessoas ouvissem com mais atenção o sofrimento que seus filhos passam, escondendo quem são, certamente reconheceriam suas identidades com maior facilidade.

Se as fases de seleção e recolha tiveram a influência de ferramentas e equipamentos digitais para localização de personagens e captação de depoimentos, a apresentação (neste caso a exibição), também foi feita utilizando o mesmo meio.

A opção foi a disponibilização do conteúdo na plataforma Youtube (no *link* https://www.youtube.com/watch?v=aTY4bbxy_kE), que pode ser acessada tanto por meio de computadores, *tablets* ou *smartphones*. É uma forma de socializar o conhecimento e um meio mais viável para produtores independentes para disseminar conteúdos em vídeo.

Com a evolução da tecnologia dos *smartphones*, a ampliação da capacidade de armazenagem dos mesmos e a criação de novos aplicativos, acreditamos que em breve será possível também editar reportagens especial no formato *longform* em vídeo por meio desses aparelhos. Isso permitiria um novo olhar sobre as perspectivas da mobilidade em todas as instâncias desde a pré-produção, passando pela produção e pós-produção. Apesar das limitações atuais constatadas neste estudo acreditamos que o jornalismo digital móvel é, hoje, um campo fértil para o fazer jornalístico e que deve ser constantemente analisado com novos olhares dentro da perspectiva da pesquisa acadêmica.

REFERÊNCIAS

BARBEIRO, H.; LIMA, P. **Manual de telejornalismo**: os segredos da notícia na tv. 1 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BECCARI, C.; BERTOL, S. Seminário de linguagens comparadas: unir saberes para um jornalismo de excelência. In: FERREIRA NETO, Thaís Helena. **Comunicação e jornalismo**: conceitos e tendências. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.

BUENO, T. Utopia digital: Repensando o papel revolucionário das novas tecnologias em redações de jornais do interior. **Cambiassu**: Estudos em Comunicação, São Luís, MA, v. 19, n. 11, p. 128-137, jul./dez., 2012.

CANAVILHAS, J.; RODRIGUES, C. **Jornalismo móvel**: linguagem, gêneros e modelos de negócio. Covilhã: Livros LabCom. 2017. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/201704041535-201704_jdm.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2019.

CANAVILHAS, J.; SATUF, I. Jornalismo móvel e inovações induzidas por affordances em narrativas para aplicativos em tablets e smartphones. In: Canavilhas; Satuf. (Orgs.) **Jornalismo para Dispositivos Móveis** - Produção, Distribuição e Consumo, Covilhã: Livros LabCom. 2015. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20150622-201515_jdm_jcanavilhas.pdf>. Acesso em: 23 out. 2017.

DA SILVA, Wanderson. **O jornalismo móvel e as aplicações nas rotinas produtivas dos telejornais**: Um estudo do Bom dia Paraíba. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. 2017.

DE LA RUE, S. A grande reportagem: entre o mercado e a academia. In: DUARTE, E. B.; CASTRO, M. L. D. (Orgs). **Televisão**: entre o mercado e a academia. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO. Direitos da população LGBT: questões práticas sobre orientação sexual, identidade de gênero e homofobia. Recife, 2014. Disponível em: <<http://www.mppe.mp.br/mppe/attachments/article/4164/Cartilha%20D.%20Homoafetivos3.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2017.

FIRMINO, F. **Jornalismo Móvel Digital**: uso das tecnologias móveis digitais e a reconfiguração das rotinas de produção da reportagem de campo. Salvador: Universidade Federal da Bahia. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/13011/1/Fernando%20FIRMINO%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2017.

_____. Jornalismo reconfigurado: tecnologias móveis e conexões sem fio na reportagem de campo. In: **Anais...**, Intercom - Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 31, 2008. Natal. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0652-1.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.

GIDDENS, A. **O mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 61-75.

HOLANDA, A. et al. Whatsapp no jornalismo móvel: um recorte da realidade de quatro veículos alagoanos. **Âncora**: Revista Latino-Americana de Jornalismo, João Pessoa, PB, v. 3, n. 2, p. 50-67, jul./dez., 2016.

HOLANDA, A.; PALACIOS, et al. Metodologias de pesquisa em jornalismo participativo no Brasil. **Brazilian Journalism Research**, Brasil, v. 4, n. 2, p. 57-76, jul./dez., 2008. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/164/163>>. Acesso em: 9 de out. de 2017.

ISAY, R. **Tornar-se Gay**: o caminho da aceitação. 1 ed. São Paulo: Summus. 1998.

KOTSCHO, R. **A prática da reportagem**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2000.

LONGHI, R.; WINQUES, K. O lugar do longform no jornalismo online: qualidade versus quantidade e algumas considerações sobre o consumo. **Brazilian Journalism Research**, [S.l.], v. 11, n. 1, jun. 2015. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/693/621>>. Acesso em: 21 out. 2017.

MALUF, A. **Novas Modalidades de Família na Pós-Modernidade**. São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-31012011-154418/publico/TESE_COMPLETA_PDF_ADRIANA.pdf>. Acesso em: 8 out. 2017.

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.unisaesiano.edu.br/salaEstudo/materiais/p206631d11402/material3.pdf>>. Acesso em: 8 out.2017.

NATIONAL GEOGRAPHIC: **Género, La Revolución**. Cidade do México: Editorial Televisa, vol. 40, n. 1, jan. 2017. Mensal. ISSN 1665-7764. Disponível em: <https://www.ehu.eus/documents/2007376/5040237/NationalGeographic_Genero-la-Revolucion-Enero2017.pdf>. Acesso em: 22 out. 2017.

PANINI, B. et al. A busca por representação LGBT na mídia e a alternativa da regionalização de conteúdo para a visibilidade de entidades. **Contemporânea: Revista Uitoledo**, Araçatuba, v. 1, n. 1, p. 94-106, out./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.ojs.toledo.br/index.php/contemporanea/article/view/2419>>. Acesso em: 8 out. 2017.

PATERNOSTRO, V. **O texto na TV**: manual de telejornalismo. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PERUZZO, C. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2002, 86 p. Disponível em: <<https://psiligapsicanalise.files.wordpress.com/2014/09/elisabeth-roudinesco-a-famc3adlia-em-desordem.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2017.

SANTOS, A.; SILVA, H. **Identidade LGBT e capitalismo**: a construção histórica da homofobia e as estratégias jurídicas para seu combate. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 2013. Disponível em: <<http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/11/Jornada-5%C2%BA-lugar.-Andressa-e-Henrique1.pdf>>. Disponível em: 21 out. 2017.

SCHULMAN, S. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. **Revista Bagoas**, Natal, v. 4, n. 5, p. 67-78, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art04_schulman.pdf>. Acesso em: 7 out. 2017.

SILVA, A.; SOUSA, L. **Autoaceitação, aceitação sócio-familiar e saúde sexual de jovens homossexuais (do sexo biológico masculino) no maciço de Baturité**. São Francisco do Conde: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/569/1/Antonio%20Willemberg%20Freitas%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2017.

SILVA, C. **Orientação Sexual, Identidades Sexuais e Identidades de Gênero**. São Paulo: UNIFESP, [2015]. Disponível em: <http://www.comfor.unifesp.br/wp-content/docs/COMFOR/biblioteca_virtual/GDE/mod3/Semana3_Mod3_GDE.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

SODRÉ, M; FERRARI, M.H. **Técnica da Reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. 5 ed. Lisboa: Presença, 1999.